

POLÍTICA LINGUÍSTICA DE ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA EM ANGOLA: UMA ANÁLISE EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DA 5ª E 6ª CLASSES DO ENSINO PRIMÁRIO

LANGUAGE POLICY FOR TEACHING THE PORTUGUESE LANGUAGE IN ANGOLA: AN ANALYSIS OF PORTUGUESE LANGUAGE TEXTBOOKS FOR THE 5TH AND 6TH GRADES OF PRIMARY EDUCATION

DOI:10.47677/gluks.v26i02.600

Recebido: 01/05/2026

Aprovado: 10/09/2026

DA SILVA, Pedro Kiuma¹

RESUMO: Este artigo analisa a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola em livros didáticos de língua portuguesa da 5ª e 6ª classes do ensino primário. O estudo fundamenta-se no pressuposto da política linguística ampliada de Spolsky (2004, 2009), segundo a qual a política linguística é constituída por três componentes: práticas, crenças e gestão. A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa, inserida no paradigma interpretativista e de análise documental. O *corpus* é composto pelos livros didáticos *Língua Portuguesa 5ª. classe* e *Língua portuguesa 6ª. classe (manual do aluno)*, adotados em âmbito nacional. Os resultados indicam que, em ambos os livros didáticos, a variedade do português angolano no nível lexical é abordada de maneira superficial, sem a devida explicitação didático-pedagógica. Conclui-se que a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola, refletida nesses livros didáticos, prioriza a variedade europeia como a única língua idealizada para o ensino, reforçando uma ideologia linguística de matriz colonial.

PALAVRAS-CHAVE: Política linguística, Ensino, Livros didáticos, Angola.

1 Introdução

Angola é um país multilíngue e multicultural. Coabitam na região as línguas dos grupos Khoisan (LK), Bantu (LB) e a Língua Portuguesa (LP). A presença da língua portuguesa no país ocorreu por via da colonização no século XV, em 1482, com a chegada da

¹ Mestre em Linguística pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente desenvolve pesquisa de doutorado financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

embarcação portuguesa à foz do rio Zaire, liderada por Diogo Cão. Os colonizadores instituíram o português como língua oficial e proibiram o uso das línguas autóctones por meio do Decreto nº 77/1921, promulgado por Norton de Matos e publicado no Boletim Oficial de Angola nº 5, 1ª série, em 9 de dezembro de 1921.

Após o alcance da independência, em 1975, o Estado angolano manteve o português como língua oficial e de ensino em âmbito nacional, diretriz estabelecida inicialmente na Lei Constitucional de 1975 e, posteriormente, na Constituição da República de Angola de 2010. Essa opção fundamentou-se na percepção de que o português reunia as condições necessárias para a construção da unidade nacional, em virtude de as línguas nativas serem ágrafas e de distribuição regional. A colonização proporcionou o contato linguístico entre o português europeu (PE) e as línguas do grupo bantu faladas em Angola, dando origem ao português angolano (PA). Essa variedade apresenta características próprias em diferentes níveis linguísticos: fonético-fonológico, morfológico, sintático, lexical e semântico.

Nesta direção, o presente artigo tem por objetivo geral analisar a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola em livros didáticos de língua portuguesa da 5ª e 6ª classes do ensino primário. Como objetivo específico, busca-se identificar como a variedade lexical do português angolano é contemplada nesses manuais.

Estruturou-se o artigo em seis seções: a primeira aborda a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola; a segunda discute o livro didático no contexto angolano; a terceira apresenta a perspectiva da política linguística ampliada; a quarta descreve a metodologia; a quinta traz a análise e a discussão dos resultados; e a sexta expõe as considerações finais.

2 Política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola

A Constituição da República de Angola de 2010, em seu artigo 19.º, prevê que “a língua oficial da República de Angola é o português” (Angola, 2010, p. 9). Assim, a língua detém o *status* oficial para uso na administração pública, nos meios de comunicação social, nos tribunais, nos discursos formais e no sistema de ensino (público e privado). Acentua-se que, embora a variedade de comunicação diária entre os falantes seja o PA, o modelo ensinado nas escolas, empregado nos tribunais e veiculado na mídia continua a ser o PE. Por sua vez, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2025), o português

configura-se como a língua mais usada nas zonas urbanas de Angola. Dados do referido instituto indicam que cerca de 45% da população utiliza o português como língua de comunicação em casa, o que demonstra sua crescente centralidade no cotidiano dos falantes.

No que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino nº 32/20, em seu artigo 16.º, destaca que o ensino deve ser ministrado em português. Observa-se que o referido documento legitima a adoção do português como língua de ensino. Contudo, em termos práticos, tem-se verificado a predominância do PE como variedade legitimada para o ensino da língua portuguesa e demais disciplinas que compõem os diferentes níveis de educacionais, que incluindo o ensino primário.

Sob outro enfoque, o PA, embora seja amplamente utilizado no cotidiano dos falantes (alunos e professores), não possui ainda estatuto jurídico que o reconheça como variedade legítima de ensino. Isso evidencia um descompasso entre a norma linguística adotada no sistema educacional e as práticas linguísticas dos estudantes, construídas em diferentes conjunturas sociais que estão inseridos, em corroboração com Undolo (2014) e Santana e Timbane (2021).

Quanto ao PA, Silva e Carvalho (2022) defendem que o português falado no cenário angolano expressa um conjunto de situações típicas que refletem a cultura e as línguas nacionais. No que diz respeito aos níveis fonético-fonológico, morfológico, sintático, léxico e semântico, suas características conferem-lhe autonomia. Vale lembrar que o PA difere do PE, do Português Brasileiro (PB) e do português dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) nos diversos níveis de análise linguística, apesar de haver palavras do PA que são idênticas às dessas outras variedades.

Para fins ilustrativos, Sassuco (2016, p. 212) apresenta diferenças lexicais entre o PA e o PE, especialmente o kimbundu. Como exemplos, o autor cita “camba”, “kota”, “dengue” e “gindungo”, que correspondem, no PE, a “amigo”, “irmão mais velho”, “miúdo” e “picante”. Esses termos são amplamente usados em Angola e funcionam como marcadores identitários do PA, evidenciando a integração lexical entre essas línguas e sua relevância para a dicionarização.

No contexto angolano, Garcia (2009) e Silva e Carvalho (2022) observam que o ensino de Língua Portuguesa é marcado pela repetição metodológica e de conteúdos desde as séries iniciais até o ensino médio, o que reduz o interesse dos estudantes. Segundo os autores,

o ensino prioriza conteúdos gramaticais do PE e desconsidera a variedade local, gerando estranhamento e distanciamento entre os alunos e a norma ensinada na escola. Assim, Bernardo (2017) e Undolo (2014) defendem uma política educacional em Angola que reconheça e normatize o PA no ensino, causando a estigmatização da variedade local, afirmam isso com base em suas experiências docentes e conhecimentos sociolinguísticos do país. Alinhado a essa visão, Bagno (1999) reforça a necessidade de combater o preconceito linguístico e valorizar os diferentes usos da língua, capacitando os estudantes a atuarem em diversas situações comunicativas.

3 O livro didático em contexto de Angola

No sistema educacional angolano, o Ministério da Educação (MED), por meio do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação (INIDE), desempenha papel importante na organização, atualização, distribuição e supervisão dos livros didáticos, conforme o Decreto Presidencial n.º 311/14. Essas atribuições são relevantes para este estudo, pois os livros didáticos constituem instrumentos oficiais por meio dos quais as orientações curriculares e as políticas educacionais e linguísticas do Estado chegam às escolas e orientam o processo de ensino-aprendizagem.

No que se refere à política de distribuição e aquisição de livros didáticos em Angola, a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20, em seu artigo 11.º, assegura a gratuidade no ensino primário. Entretanto, observa-se ineficiência na implementação dessa política, dado que os livros são comercializados no mercado informal, dificultando o acesso de estudantes sem recursos financeiros. Nesse sentido, a pesquisa tem como *corpus* os livros didáticos de Língua Portuguesa da 5ª e 6ª classes do ensino primário, destinados às escolas públicas e privadas em âmbito nacional.

Conforme a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20, o ensino primário tem duração de seis anos e destina-se a crianças a partir dos seis anos de idade. Da 1ª à 4ª classes, funciona em regime de monodocência, enquanto na 5ª e 6ª classes ocorre a monodocência assistida, com apoio em áreas de menor domínio do professor. A faixa etária ideal para esse nível de ensino é de 6 a 12 anos.

4 Política linguística ampliada de Spolsky

De acordo com Silva (2013), a proposta teórica de Spolsky (2004, 2009) rompe com os modelos tradicionais de política linguística desenvolvidos a partir da década de 1960, que estabeleciam uma relação estreita entre política e planejamento linguístico. Esses modelos influenciaram os estudos da área, orientando as pesquisas para a análise de intervenções deliberadas sobre as línguas, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas e do planejamento linguístico.

Para Spolsky (2009, p. 1, tradução nossa), “a política linguística tem tudo a ver com escolhas”. O autor acrescenta que essas escolhas linguísticas podem ocorrer tanto em contextos bilíngues quanto monolíngues. Nessa perspectiva ampliada, Spolsky (2004, 2009) depreende a política linguística a partir de três componentes: práticas, crenças (ideologias) e a gestão. Embora constituam dimensões distintas, esses componentes estão inter-relacionados e podem influenciar-se mutuamente.

Como observam Silva (2013) e Sousa e Soares (2014), esses componentes permitem analisar a política linguística para além das ações formalmente instituídas, considerando também os usos efetivos da língua, os valores atribuídos às diferentes variedades e as intervenções daqueles que possuem ou acreditam possuir autoridade para influenciar as escolhas linguísticas de outros membros da comunidade.

O primeiro componente diz respeito às práticas. De acordo com Spolsky (2009, p. 4, tradução nossa), “[...] são as escolhas linguísticas e comportamentos observáveis - o que as pessoas realmente fazem. São os aspectos linguísticos escolhidos, a variedade de linguagem usada”². Com isso, o autor pontua que as práticas tratam das escolhas dos falantes e do uso concreto da língua por diferentes indivíduos e regiões. Na realidade de Angola, o PA corresponde às práticas linguísticas dos alunos em diferentes espaços sociais. No entanto, nas escolas, especialmente em áreas urbanas, os professores tendem a utilizar o PE, adotado oficialmente pelo Estado. Essa diferença entre a língua ensinada e a usada pelos alunos gera uma disparidade que contribui para o desinteresse no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa (Timbane e Santana, 2021).

² No original: “[...] it is linguistic choices and observable behaviors – what people actually do. These are the linguistic aspects chosen, the variety of language used (Spolsky, 2009, p. 4).

O segundo componente são as crenças ou ideologias que exercem um papel preponderante na elaboração de política linguística. Para Spolsky (2009, p. 4, tradução nossa), “[...] as crenças são significativas para a política e a gestão linguística, são os valores ou status atribuídos às línguas, variedades e características nomeadas”³. Seguindo esse raciocínio, as crenças estão interconectadas com a gestão linguística, pois são construídas no espaço social pelos indivíduos devido à valorização atribuída a uma determinada língua pelas gestões linguísticas.

Ainda para Spolsky (2009, p. 4, tradução nossa), “[...] O status de uma variante ou variedade deriva de quantas pessoas a usam e da importância dos usuários e dos benefícios sociais e econômicos que uma pessoa pode esperar ao usá-la”⁴. Relacionando essa discussão ao território angolano, sobretudo nas regiões da capital e centros urbanos, há uma valorização de indivíduos que se expressam conforme o PE. Em contrapartida, aqueles que utilizam o PA tendem a sofrer avaliações negativas, em concordância com Bernardo (2017) e Santana e Timbane (2021). Em diversos países, como é o caso de Angola, os livros didáticos desempenham um papel crucial na construção e disseminação de crenças, porque instituem o PE como língua padrão e de prestígio no ensino. Isso influencia diretamente a percepção dos alunos, levando-os a considerar o PE como uma variedade linguística de prestígio.

O terceiro componente é a gestão. Conforme o autor, “a gestão linguística é a formulação e proclamação de um plano ou uma política explícita, geralmente, não necessariamente escrita em um documento normal, sobre o uso da língua”⁵ (Spolsky, 2004, p. 11, tradução nossa). Desse modo, ressalta-se que a gestão linguística envolve decisões relacionadas à oficialização das línguas, às políticas para o respeito à diversidade linguística, às políticas de ensino bilíngue ou monolíngue, entre outras. Ainda conforme o autor, as intervenções mais observáveis da gestão linguística estão materializadas na Constituição e nas leis estabelecidas pelo Estado que determinam o estatuto da língua no país, como língua oficial e de ensino. No caso de Angola, isso se reflete na Constituição da República de 2010 e na Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20.

³ No original: “[...] the beliefs that are significant for language policy and management are the values or statuses attributed to the named languages, varieties, and characteristics” (Spolsky, 2009, p. 4).

⁴ No original: “[...] The status of a variant or variety derives from how many people use it and the importance of the users and the social and economic benefits a person can expect from using it.” (Spolsky, 2009, p. 4).

⁵ No original: Language management is the formulation and proclamation of an explicit plan or policy, generally, though not necessarily, written in an official document, regarding the use of language (Spolsky, 2004, p. 11).

5 Metodologia

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se pela abordagem qualitativa, conforme Silveira e Córdova (2009), uma vez que o propósito da pesquisa não consiste em quantificar os dados coletados, mas sim em analisar a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola a partir das obras didáticas selecionadas. Por seu turno, o estudo insere-se no paradigma interpretativista, conforme Lin (2015), visto que busca analisar as perspectivas do Estado angolano acerca da política linguística de ensino da língua portuguesa expressas nos livros didáticos, procurando desvelá-las e explicar seus significados sociais.

Além disso, o estudo configura-se como de análise documental, conforme Cellard (2012), uma vez que se consideram os livros didáticos como documentos oficiais, elaborados pelo Estado angolano, por meio do MED, em articulação com o INIDE, e destinados ao ensino e à aprendizagem da Língua Portuguesa nas 5.^a e 6.^a classes do ensino primário. A escolha dessas obras didáticas justifica-se por sua utilização no sistema de ensino angolano, tanto nas escolas públicas quanto nas privadas, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino, Lei n.º 32/20, especificamente disposto no artigo 105.º Importa realçar que estes livros didáticos foram atualizados e publicados em 2018 pela Editora Moderna em parceria com o MED para circulação em rede nacional, ambos estão disponíveis em formatos digital e físico⁶.

O primeiro livro didático, intitulado *Língua Portuguesa 5.^a classe (manual do aluno)*, de autoria de Filomena de Carvalho, Gonçalves Pedro e Madalena Freire, possui cento e vinte e três (123) páginas e está organizado em cinco temas/capítulos: 1. Vida Comunitária, 2. As Profissões, 3. Alguns Contos, 4. Poesia, 5. O Mundo que Me Rodeia e, por fim, o Bloco Gramatical. Já o segundo, livro didático intitulado *Língua Portuguesa 6.^a classe (manual do aluno)*, das autoras Helena Mesquita e Mariana Gama, contém cento e oitenta e quatro (184) páginas e organiza-se em oito temas/capítulos: 1. A Escola, 2. Inventos, 3. Indústria, 4. O Trabalho, 5. Fauna e Flora, 6. Cultura e Turismo Nacional, 7. Poesia de Angola, 8. Contos Populares e, por último, o Bloco Gramatical.

⁶ O acesso foi em formato digital por meio do portal oficial do governo angolano: www.sepe.gov.ao. O portal Serviços Públicos Electrónicos (SEPE) foi criado para simplificar e divulgar informações sobre os serviços da administração pública do país, disponibilizando gratuitamente documentos oficiais e todos os manuais didáticos do ensino primário (da 1.^a à 6.^a classe). Acessado em: 25 mai. 2026.

Para a coleta e a análise dos dados, realizou-se, inicialmente, a leitura integral e a descrição dos livros didáticos selecionados. Em seguida, procedeu-se à identificação da variedade lexical do PA contemplada nas obras. Após isso, os vocábulos foram organizados em dois quadros, um correspondente a cada livro didático, contendo seis colunas: número de ordem, vocábulos, significados, enunciados, textos e temas. Essa organização permitiu uma análise mais precisa da presença da variedade lexical do PA nesses livros didáticos.

A organização dos dados em dois quadros está relacionada aos objetivos da pesquisa, que consistem em analisar a política linguística de ensino da língua portuguesa em Angola e identificar como a variedade lexical do PA é contemplada nos livros didáticos selecionados como *corpus* do estudo. É fundamental destacar que, como ainda não se dispõe de dicionário e gramática do PA, a identificação e os significados dos vocábulos que compõem essa variedade, no nível lexical, foram estabelecidos com base em pesquisas científicas sobre o PA e no conhecimento linguístico de que o autor desta pesquisa dispõe, na condição de falante nativo do PA e pesquisador do léxico dessa variedade desde a graduação em Letras - Língua Portuguesa, passando pelo mestrado em Linguística e, atualmente, no doutorado em Linguística e Língua Portuguesa.

6 Análise e discussões dos resultados

No livro didático *Língua Portuguesa 5.^a Classe*, a variedade do PA no nível lexical aparece em oito textos, sendo três de autores angolanos consagrados (Óscar Ribas, Maria do Carmo e Pepetela), cujas obras apresentam marcas do PA. Além disso, há um texto do autor brasileiro Luís Vilela, um extraído de uma revista e três sem autoria identificada. Percebe-se que a escolha desses textos não atendeu prioritariamente a critérios linguísticos e pedagógicos, mas sim à seleção de escritores angolanos e estrangeiros de renome. No Quadro 1 estão apresentados os 11 vocábulos contemplados no primeiro livro.

Quadro 1 - Palavras da Variedade do PA no nível lexical do livro didático da 5^a classe

Número por ordem	Palavras da variedade do PA no nível lexical	Significados	Enunciados	Textos	Temas

1	Mumuila	Mulheres que representam o grupo etnolinguístico ovimbundu das províncias da Huila e Namibe	“Huila é um local de encantos paradisíacos, [...], se torna uma terra de sonho sob o olhar invejável da mulher “Mumuila”.”	A província da Huila e o seu potencial turístico (pág. 15)	Vida comunitária
2	Kwanzas	Unidade monetária de Angola	“São 500 kwanzas”	O táxi (pág. 18)	Vida comunitária
3	Quartinho	Quarto pequeno	“Ficava no quartinho dos fundos [...]”	Meu avô (pág. 23)	Vida comunitária
4	Cachimbos	Instrumento utilizado para fumar	“[...] Acendem os seus cachimbos de barro”.	Gente do mar (pág. 32)	As profissões
5	Comboios	Meio de transporte	“[...] Comboios e girar rodas nas fábricas mais diversas”	Formas e fontes de energia (pág. 38)	As profissões
6	Ginguba	Amendoim	“[...] Minha fábrica cheira à ginguba”	As profissões (pág. 40)	As profissões
7	Matabichar	Café da manhã	“Logo que nasce a manhã, Marta apresenta-se a fazer a sua higiene pessoal. E porque é muito curiosa, gosta de se pôr à porta de casa, antes de matabichar”.	Marta, a largarta (pág. 47)	Alguns contos
8	Bunda	Nádega	“A mulher xingou-lhe, estava sentada e a bunda era pesada”	O cão e os caluandas (pág. 51)	Alguns contos
9	Kazukuta	Estilo de dança angolana, confusão e desorganização	“[...] Os monas meteram-se na maka para roubar as latas abandonadas (...) Kazukuta totalé (...)”	“O cão e os caluandas” (pág. 51)	Contos Populares
10	Soba	Autoridade tradicional	“[...] Apanhou uma lata aberta, comeu tudo ali mesmo, na	O cão e os caluandas (pág. 51)	Alguns contos

			frente da dona da lata. Como um soba”.		
11	Quitandeiras	Vendedoras ambulantes	“Confusão Generalizada! As quitandeiras pegaram-se nas baçulas”.	O cão e os caluandas (pág. 51)	Alguns contos

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Carvalho, Pedro e Freire (2018).

Diante disso, capta-se que os 11 vocábulos identificados da variedade lexical do PA compõem as práticas linguísticas dos discentes a quem o livro se destinada e corrobora com o pensamento de Spolsky (2009, p. 4, tradução nossa), ao afirmar que as práticas “[...] são as escolhas linguísticas e comportamentos observáveis - o que as pessoas realmente fazem. São os aspectos linguísticos escolhidos, a variedade de linguagem usada”⁷. Deste modo, esses vocábulos que integram as práticas dos discentes, sobretudo das zonas urbanas onde o PA é mais falado, em concordância com INE (2025), em ambientes comunicativos formais e informais como pontuou-se adiante.

Destarte, com exceção do termo *Kazukuta*, cujo significado é apresentado em nota rodapé do livro, os demais vocábulos do PA não possuem glossários ou explicações que auxiliem na sua compreensão por parte dos alunos, o que evidencia uma crença negativa. Como observado em Spolsky (2004, p. 40, tradução nossa) “[...] as crenças são significativas para política e gestão linguística são os valores ou status atribuídos às línguas, variedades e características nomeadas”. Assim sendo, compreende-se o silenciamento das línguas que compõem as práticas dos discentes e demais indivíduos angolanos e que a gestão das políticas linguísticas educacionais na conjuntura angolana tende a valorizar o PE em detrimento das variedades faladas pelos angolanos.

Segundo Spolsky (2004) e Sousa e Soares (2014), as autoridades de gestão linguística colocam determinadas línguas em posição de destaque social, atribuindo-lhes diferentes funções sociais e ideológicas, inclusive no processo de ensino. Considera-se que a inserção de um glossário com os termos do PA no livro didático auxiliaria a mediação entre a língua instituída no ensino e aquela que compõe as práticas linguísticas dos aprendentes. Duas são as possíveis explicações para a ausência desses significados: i) a inexistência de um dicionário

⁷ No original: “[...] it is linguistic choices and observable behaviors – what people actually do. These are the linguistic aspects chosen, the variety of language used (Spolsky, 2009, p. 4).

do PA que possa servir de base para a elaboração do glossário; ii) o fato de as autoras partirem do princípio de que são palavras conhecidas pelos usuários dos livros e que, portanto, dispensam definição. Em razão disso, há pouca ou nenhuma preocupação em fornecer explicações das expressões no livro didático, refletindo a falta de reconhecimento e valorização do PA, que assume um lugar periférico em relação ao PE adotado na obra.

De todos os textos do livro que comportam atividades de estudo do texto (leitura e escrita), somente o intitulado “As Profissões” (p. 40) insere uma palavra da variedade do PA no âmbito lexical (*Ginguba*) em uma atividade de funcionamento da língua, na qual se solicita que o aluno faça a classificação morfológica desse vocábulo. O termo *Mumuila* é empregado em ambientes comunicativos tanto formais quanto informais e não apresenta outro equivalente. Com base no conhecimento linguístico de que o autor deste estudo dispõe e nas pesquisas de Undolo (2014) e Sacanene (2020), os termos *kwanzas*, *Cachimbo* e *Ginguba* são mais utilizados em contextos formais e não apresentam outros significados no ambiente linguístico angolano além dos indicados. Por outro lado, o termo *Matabichar* é empregado tanto em ambientes formais quanto informais (sendo que, no contexto formal, vem frequentemente acompanhado da expressão “café da manhã”). Já o termo *bunda* é predominantemente usado em contextos informais.

A expressão *Quartinho* é frequentemente usada no espaço comunicativo informal, ao passo que o vocábulo *comboio* é usado tanto no formal quanto no informal. O termo *quitandeiras* é utilizado em espaços informais, porém encontra-se atualmente em desuso, sendo substituído pelo vocábulo *Zungeira*, que também significa “vendedora ambulante”. Importa dizer que o termo *comboio* também é usado em outras variedades da língua portuguesa: no PB, tem o significado de escolta, enquanto no PE e nas variedades dos PALOP assume o mesmo significado empregado no PA, em conformidade com Undolo (2014).

O termo *quitandeira*, embora também seja usual no PB com o mesmo sentido, tem origem em Angola. Quanto ao termo *Kazukuta*, em seu primeiro significado (estilo de dança angolana), é empregado geralmente em contextos formais; já no segundo e no terceiro significados (confusão e desorganização), é utilizado em contextos informais. Sendo assim, *Kazukuta* é uma palavra típica do PA, cujo significado está diretamente ligado ao espaço geográfico, linguístico e cultural angolano. Por sua vez, o termo *Soba* é oriundo do vocábulo

Osoma, da língua nacional Umbundu (do grupo bantu); foi aportuguesado, passou a integrar o léxico do PA e é utilizado em contextos comunicativos formais e informais (Costa, 2015).

No que se refere ao livro didático *Língua Portuguesa 6.ª Classe*, a variedade do PA no nível lexical está contemplada em em dezesseis textos, dos quais oito são de autoria de escritores angolanos (André Suna, Agostinho Neto, João Maimona, Jorge Macedo, Aires de Almeida Santos, Ernesto Lara Filho, Benjamim Mplandi, Cremilda de Lima e Mendes de Carvalho). Três textos são de escritores de nacionalidade portuguesa (Monique de Lesseps, Eugénia Neto e Mário Fortinha), um texto não teve a autoria identificada e quatro são de domínio público angolano. Neste livro, a seleção também não seguiu critérios estritamente linguísticos e pedagógicos. No Quadro 2 constam os 31 vocábulos contemplados na obra.

Quadro 2 – Palavras da variedade do PA no nível lexical no livro didático da 6ª classe

Número por ordem	Palavras da variedade do PA no nível	Significados	Enunciados	Textos	Temas
1	Comboio	Meio de transporte	“[...] Chegam de toda a parte, em comboio especial, em coches puxados por cavalos, em carruagens cobertas por toldos”.	Edison (pág. 29)	Inventos
2	Fardos	Embrulhos volumosos	“Em seguida, é necessário separar o algodão das sementes, juntá-lo em fardos e levá-los para as fábricas em comboios ou camiões”	O algodão (pág. 48)	Indústria
3	Embondeiro	Árvore que produz a múcua	“[...] com árvores dispersas, entre as quais o embondeiro – que também aparece no litoral [...]”	Flora e Fauna (pág. 82)	Flora e Fauna
4	Dendém	Fruto da palmeira que serve para extração do óleo de palma	“[...] Com árvores dispersas, entre as quais o embondeiro – que também aparece no litoral – e a palmeira de dendém”.	Flora e Fauna (pág. 82)	Flora e Fauna

5	Chanas	Planície construída com tronco de árvores nas regiões de canais de rios	“Na Lunda predominam as «chanas de borracha » [...]”	Flora e fauna (pág. 82)	Flora e fauna
6	Palanca Negra Gigante	Nome de um animal típico de Angola	“[...] O único núcleo conhecido da palanca negra gigante; nas terras do norte domina o Orangotango [...]”	Flora e fauna (pág. 82)	Flora e fauna
7	Cabanas	Casas de construção precária	“– Pois há! Vêm pessoas de toda a parte do mundo para nos ver e algumas instalam-se em pequenas cabanas [...]”	Preservação o das espécies (pág. 92)	Flora e fauna
8	Batuques	Instrumento de percussão	“É executada em desfile de pares de casais na direcção dos tocadores de batuques ”	Danças do Bié (pág. 102)	Cultura e turismo nacional
9	Batuqueiro	Percussionista	“Os pares de casais vão dançando e batem o pé direito no chão ao aproximarem-se dos batuqueiros e voltam ao ponto de partida da exibição da dança”	Danças do Bié (pág. 102)	Cultura e turismo nacional
10	Cacimbo	Período de inverno	“[...] Permite subir até aos 1800 metros de altitude, frios em período de cacimbo, quando o cume é envolto por uma cortina de nuvens”	Huíla (pág. 104)	Cultura e turismo nacional
11	Matumbo	Indivíduo mal educado	“[...]Às covinhas, pontos ou montículos que fazem parte do chão [...]e «matumbo »”	Desenho dos Tutchocue (pág. 106)	Cultura e turismo nacional
12	Mato	Zona Rural	“Caminho do mato, Caminho da gente [...]”	Caminho do mato (pág. 118)	Poesia de Angola
13	Soba	Autoridade tradicional	“Caminho do soba, Soba grande [...]”	Caminho do mato (pág. 118)	Poesia de Angola
14	Pé de moleque	Pasta encaramelizada constituída por	“ [...] Havia pé de moleque... ”	As horas do serão (pág. 121)	Poesia de Angola

		ginguba partida e açúcar.			
15	Fisga	Instrumento de caça	“E tinha caranguejos, santolas, que a gente caçava com a fisga”.	Benguela (pág. 122)	Poesia de Angola
16	Sobado	Território governo por um soba	“[...] Com esta resposta, o Coelho ficou irritado e encaminhou o problema para o sobado”.	O sapo e o coelho (pág. 128)	Contos populares
17	Miúdo	Criança do gênero masculino	“É em Dezembro que, no Soyo, a população se prepara para semear as favas, o milho miúdo e outras espécies de plantas”.	Uri, a serpente (pág. 131)	Contos populares
18	Marufo	Bebida típica de Angola	“[...] Aí, todos juntos, bebem alegremente marufo [...]”	Uri, a serpente (pág. 131)	Contos populares
19	Mucua	Fruto do embondeiro	“A múcua que baloiçava ao vento”	A múcua que baloiçava ao vento (pág. 131)	Contos populares
20	Quizomba	Estilo de musical e de dança de origem angolana	“[...] Não era uma dança de roda, nem sequer uma quizomba, era uma dança só delas, uma dança de baloiço	A múcua que baloiçava ao vento (pág. 131)	Contos populares
21	Mulembeira	Sombra da árvore da mulemba	“[...] O seu ninho era muito perto, numa mulembeira”.	A múcua que baloiçava ao vento (pág. 131)	Contos populares
22	Mulembas	Árvore que dá sombra da mulembeira	“Funda estava em festa. E tudo festejava: o capim, as mulembas, os embondeiros, as bananeiras. [...]”	Mercado (pág. 140)	Contos populares
23	Bandas	Forma de designar rua, bairro, município e províncias	“Dos carreiros que desciam das encostas, pelas bandas dos muceques [...]”	Mercado (pág. 140)	Contos populares
24	Muceques	Bairros periféricos	“Dos carreiros que desciam das encostas,	Mercado (pág. 140)	Contos populares

			pelas bandas dos muceques [...]”		
25	Miúda	Criança do gênero feminino	“[...] De gente que apreciava a gente do mato como se essa gente não fosse a sua gente, de miúda que chorava, que mastigava, que falava baixo”.	Mercado (pág. 140)	Contos populares
26	Cacussos	Nome de um peixe	“Uns discutiam preços. Outros contavam, em voz alta, dinheiro, cacussos, mangas e outros produtos à venda”	Mercado (pág. 140)	Contos populares
27	Siyaya, sivaya	Bendiz, bendiz, (canto protestante)	“[...] Vinham correndo para não perderem a oportunidade de venda e do «sivaya, sivaya»”	Mercado (pág. 140)	Contos populares
28	Tomate de quimbundo	Tomate pequeno	“[...] Aqui, viam-se estendidos, no chão nu ou sobre serapilheiras: montinhos de tomate e de tomate de quimbundo”.	Mercado (pág. 140)	Contos populares
29	Jinjulu	Fruto comestível	“[...] Acolá, cestos com castanhas de caju, mangas, dendéns, feijão verde seco, jinjilu, cacussos, missolos, bagres e mais coisas”.	Mercado (pág. 140)	Contos populares
30	Missolos	A palavras representam a variedade de peixe	“[...] Acolá, cestos com castanhas de caju, mangas, dendéns, feijão verde seco, jinjilu, cacussos, missolos, bagres e mais coisas”.	Mercado (pág. 140)	Contos populares
31	Bagres	A palavras representam a variedade de peixe	“[...] feijão verde seco, jinjilu(4), cacussos(5), missolos(6), bagres (7).	Mercado (pág. 140)	Contos populares

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Mesquita e Gama (2018).

Diante disso, tal como observado no primeiro livro, os 31 vocábulos identificados da variedade lexical do PA integram as práticas linguísticas dos discentes aos quais a obra se destina. Conforme Spolsky (2004), as práticas estão relacionadas às crenças sobre a língua. À luz disso, a presença reduzida desses vocábulos no livro didático evidencia um

distanciamento entre as práticas linguísticas dos alunos e as formas de língua privilegiadas no ensino de língua portuguesa em Angola.

Neste segundo livro, constatou-se que oito textos possuem a seção do glossário. No entanto, com exceção de sete termos do PA, *Sobado*, *Pé de Moleque*, *Siyaya*, *Sivaya*, *Tomate de Quimbundo*, *Jinjilu*, *Cacussos*, *Missolas* e *Bagres*, os demais vocábulos do PA não têm os seus significados apresentados. Considera-se que essa limitação na apresentação dos significados dos vocábulos do PA pode dificultar a compreensão adequada por parte dos seus destinatários (alunos). Assim, conforme o postulado por Spolsky (2004), as crenças estão interconectadas com a gestão linguística, pois são construídas no espaço social pelos indivíduos devido à valorização atribuída a uma determinada língua pelas gestões linguísticas.

Os vocábulos da variedade do PA no nível lexical contemplados no livro não são trabalhados nas atividades de estudo do texto (leitura e escrita), revelando, mais uma vez, que não se valoriza nem se integra de forma efetiva o léxico do PA no processo de ensino e aprendizagem, limitando-se a sua presença a uma simples ocorrência na obra, sem aprofundamento didático-pedagógico.

É oportuno destacar que o termo *batuqueiro* em português falado em Angola dispõe de dois significados: percussionista e ladrão, os quais estão atrelados ao contexto em que são utilizados. O significado empregado no livro é percussionista. Vale pontuar também que o vocábulo *Dendém* é oriundo de *Ondende*, e *soba* provém de *Osoma*, palavras da língua nacional angolana Umbundu do grupo bantu. Devido ao contato linguístico, essas palavras passaram a integrar o léxico do PA, sofrendo modificações em sua grafia (Costa, 2015).

Os termos *Comboio*, *Fardos*, *Cabanas*, *Embondeiro*, *Chanas*, *Batuques*, *Mulembas* e *Bagres* são empregados tanto em contextos formais quanto informais. Já os termos *Mato*, *Pé de Moleque*, *Fisga*, *Miúdo*, *Miúda*, *Cacussos*, *Siyaya*, *Sivaya*, *Tomate de Quimbundo*, *Jinjulu* e *Missolas* são predominantemente utilizados em contextos informais, em consonância com Undolo (2014). Os significados dos vocábulos apresentados estão vinculados ao contexto linguístico e cultural do país. Convém salientar que os termos *miúdo* e *miúda* também equivalem a pessoas de pouca idade, sendo o primeiro referente ao gênero masculino e o segundo, ao feminino no PA. Embora o termo *bandas* não tenha origem no PA, o sentido com que é empregado no livro didático refere-se à realidade linguística do português falado no país.

Com exceções dos termos comboio, fardos, cabanas, miúda e miúdo também são usados no Português de Moçambique (PM) com o mesmo significado. Vale resgatar o que já se frisou, o termo comboio também é utilizado no Português de Guiné-Bissau (PGB) com o mesmo significado. Ademais, o vocábulo *Pé de Moleque* e *Batuque* são empregados no PB com o mesmo significado, enquanto os vocábulos *Batuques*, *Comboio*, *Miúdo* e *Miúda* são utilizados com o mesmo significado no PE.

As escolhas das autoras dos livros didáticos ao inserirem textos de autores angolanos e estrangeiros constituem uma política linguística traçada pelo Estado no âmbito educacional, a qual encontra respaldo nas crenças da sociedade angolana e no imaginário social que sustenta o PE como norma da escola. Cumpre esclarecer que as autoras das obras apenas selecionaram os textos de determinados escritores, sendo neles que se encontram os vocábulos integrantes do léxico do PA. De acordo com Spolsky (2004, p. 40, tradução nossa), “a política linguística pode aplicar-se à pronúncia, ortografia, a escolha lexical, à gramática ou ao estilo é a linguagem imprópria, linguagem racista, linguagem obscena ou linguagem correta”.

Os livros didáticos apresentam poucos vocábulos do PA, evidenciando sua desvalorização e a legitimação do PE como modelo ideal de ensino. Destaca-se, ainda, que muitos termos do PA, por se distanciarem do padrão ensinado, recebem avaliações negativas no meio social, ao passo que falar conforme o PE é associado a prestígio e avaliações positivas em Angola, em consonância com Bernardo (2017), Undolo (2014) e Santana e Timbane (2021).

Como apontado por Spolsky (2009, p. 1, tradução nossa), “a política linguística tem tudo a ver com escolha”⁸. Logo, percebe-se que a decisão das autoras ao selecionarem textos de escritores angolanos e estrangeiros nos quais ocorre o léxico do PA envolve política linguística. Esses vocábulos do PA são amplamente usados em diferentes contextos, inclusive no escolar. Tais termos resultam de fatores históricos, culturais e do contato linguístico, o que torna o PA uma variedade distinta da língua portuguesa e reflete as particularidades de seus falantes e de seu contexto geográfico.

Os livros didáticos analisados não adotam critérios linguísticos e pedagógicos para integrar da variedade do PA no lexical, restringindo sua presença à seleção restrito aos textos literários. Ao não reconhecer as práticas linguísticas dos discentes como legítimas nem

⁸ No original: language policy is made of choices (Spolsky, 2009, p. 1).

abordá-las em contextos formais de ensino, promove-se uma política educacional excludente que desvaloriza o PA frente ao modelo oficial. Tal cenário contraria as orientações de Sousa e Soares (2014), que defendem a formulação de políticas linguísticas pautadas no contexto sociolinguística do país que abarca também o contexto de ensino aprendizagem de ensino no ambiente escolar.

A Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20 determina que o ensino deve promover 'valores patrióticos', e os livros de Língua Portuguesa constituem ferramentas essenciais para esse processo. No entanto, cabe questionar: a sociedade angolana estaria preparada para adotar um livro didático que tivesse o PA como foco de ensino? Essa indagação leva à reflexão sobre as ideologias que permeiam a política de educação linguística do país, visto que se valoriza apenas o PE no ensino. Tal cenário materializa-se em concepções que associam o PE a um maior prestígio e legitimidade, enquanto o PA, embora constitua as práticas linguísticas reais dos alunos, permanece marginalizado no contexto educacional. Nesta senda, vê-se as diferentes perspectivas que estão interligadas para a valorização de uma língua. O fato de o PE ser formalmente reconhecido no sistema educacional influencia a forma como os alunos percebem o uso correto da língua. Isso cria uma distância entre o português ensinado nas escolas e o que é falado pelos alunos nos domínios familiar e do bairro. Spolsky (2009, p. 114, tradução nossa) sustenta que “desde o dia em que as crianças chegam à escola, estão abertos a pressões contínuas para modificarem as suas práticas linguísticas e assumirem as variedades e variantes escolhidas pelos gestores linguísticos da escola⁹”.

6 Considerações finais

Neste estudo objetivou-se analisar a política linguística de ensino da Língua Portuguesa em Angola em livros didáticos da 5.ª e 6.ª classes do ensino primário. Buscou-se, ainda, identificar como a variedade lexical do PA é contemplada nesses livros didáticos. O trabalho tomou como base a proposta de política linguística ampliada de Spolsky (2004, 2009). Os resultados evidenciaram a contemplação reduzida da variedade do PA no nível

⁹ No original: From the day children arrive at school, they are open to continuous pressure to modify their linguistic practices and adopt the varieties and variants chosen by the school's linguistic managers (Spolsky, 2009, p. 114).

lexical, com poucas explicações que auxiliem os discentes na compreensão dos vocábulos, além de pouca inserção desses itens nas atividades de leitura, escrita e funcionamento da língua.

À luz das contribuições de Spolsky (2004, 2009), a presença reduzida do PA no nível lexical evidencia limitações na política linguística de ensino da língua portuguesa, especialmente quanto à sua sistematização nos livros didáticos. A integração parcial do PA nesses livros não constitui apenas uma escolha didático-pedagógica, mas reflete práticas e orientações linguísticas que contribuem para determinar quais formas são legitimadas e valorizadas no ensino. Nesse sentido, torna-se necessário orientar a política linguística de ensino do português para uma perspectiva mais inclusiva, que reconheça e valorize os vocábulos presentes nas práticas linguísticas dos discentes, respeitando o contexto sociolinguístico do país.

Referências

ANGOLA. [Constituição (2010)]. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 2010.

ANGOLA. [Lei Constitucional (1975)]. *Lei Constitucional da República Popular de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional, 1975.

ANGOLA. *Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino n.º 32/20, de 12 de agosto de 2020*. Luanda: Assembleia Nacional, 2020.

ANGOLA. *Decreto Presidencial n.º 311/14, de 24 de novembro*. Aprova o Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação. Diário da República, I Série, n.º 208, Luanda, 24 nov. 2014

ANGOLA. Decreto n.º 77, de 9 de dezembro de 1921. *Boletim Oficial da Província de Angola*, I Série, n.º 50, 9 dez. 1921.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. Edições Loyola, 1999.

BERNARDO, E. P. J. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, São Francisco de Conde, N.32, 2017, p. 39-54. Disponível em: <https://www.rilp-aulp.org/index.php/rilp/article/view/RILP2017.32.2>. Acesso em: 30 mar. 2026.

CARVALHO, F. P. G. F. M. *Língua Portuguesa 5.ª classe*. Luanda, Editora Moderna, 2018.

COSTA, da Teresa Manuela Camacho. José. *Umbundismos no português de Angola: proposta de um dicionário de umbundismos*. 2015. 241f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/15330>. Acesso em: 05 set. 2026.

INE. *Resultados Definitivos do Recenseamento geral da população e da habitação de Angola*. Censo 2014. Luanda: Instituto Nacional de Estatística. 2016.

GARCIA, N. C. *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores Garcia Neto (Luanda-Angola)*. 2009. 139f. Dissertação (Mestrado em Língua e cultura portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/525>. Acesso em: 06 set. 2026.

LIN, A. M. Y. Researcher positionality. In: HULT, F. M.; JOHNSON, D. C. (Orgs.). *Research methods in Language Policy and Planning: a practical guide*. UK: Wiley Blackwell, 2015. p. 21-32.

MESQUITA, H. G. M. *Língua Portuguesa 6.ª classe*. Luanda, Editora Moderna, 2018.

SACANENE, B. S. *Análise do Funcionamento dos Angolanismos no Léxico do Português*. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Linguagem) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2020. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/75440/1/Tese_Bernardo%2BSacanene.pdf. Acesso em: 05 set. 2025.

SASSUCO, D. P. Pistas essenciais para um português de Angola. *Kadila: culturas e ambientes Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, p. 199-218, 2016. E-book. Disponível em: <file:///C:/Users/Pedro/Downloads/9788580392111-13.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2026.

SILVA, P. K.; CARVALHO, G. L. Ensino da língua portuguesa em Angola: uma análise nas propostas de atividade do livro didático de língua portuguesa da 10ª classe. *NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras* (ISSN: 2764-1244), São Francisco de Conde v. 2, n. Especial I, p. 76-93, 2022. Disponível em: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/1035>. Acesso em: 20 mar. 2026.

SILVEIRA, D. T. C. F. P. A pesquisa Científica. In: GERHARDT T. E. SILVEIRA, T. D (org.) *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Cap. 2, p. 33-44. E-book. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/52806>. Acesso em: 10 mar. 2026.

SILVA, da Elias Ribeiro. *A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos*. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 52, p. 289-320, 2013.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/abstract/?lang=pt>
 . Acesso em: 05 set. 2026.

SOUSA, S. C. T.; SOARES, M. E SOARES. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. *Revista de Letras*, 2014. Fortaleza, vol. 1, jan, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15948/1/2014_art_sctsousamesoares.pdf . Acesso em: 05 set. 2025.

SPOLSKY, B. *Language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SPOLSKY, B. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TIMBANE, A. A. SASSUCO, D. P; UNDOLO, E. M. *Português de/em Angola: Peculiaridades linguísticas e a diversidade no ensino*. Opção editora: São Paulo, 2021. Cap 3, P. 54-80. E-book. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2305> . Acesso em: 05 set. 2026.

UNDOLO, E. M. *Caracterização da norma do português em Angola*. 2014. 330f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Investigação Avançado, Universidade de Évora, Évora, 2014. Disponível em: <https://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/20820/1/Doutoramento%20-%20Marcio%20Undolo.pdf> . Acesso em: 05 set.2026.

ABSTRACT: This article analyzes language policy for the teaching of Portuguese in Angola as reflected in Portuguese language textbooks for the 5th and 6th grades of primary education. The study is grounded in Spolsky's (2004, 2009) expanded approach to language policy, according to which language policy consists of three components: practices, beliefs, and management. The research adopts a qualitative approach within the interpretivist paradigm and employs documentary analysis. The corpus comprises the textbooks *Língua Portuguesa 5ª. classe* and *Língua Portuguesa 6ª. classe (Manual do Aluno)*, which are adopted nationwide. The results indicate that, in both textbooks, the Angolan Portuguese variety at the lexical level is addressed superficially, without adequate didactic and pedagogical explicitness. It is concluded that the language policy for the teaching of Portuguese in Angola, as reflected in these textbooks, prioritizes the European variety as the only idealized variety for teaching, thereby reinforcing a linguistic ideology rooted in colonialism.

KEYWORDS: Language policy, Teaching, Textbooks, Angola.